

DIREITO PENAL e DIREITO PROCESSUAL PENAL

Senhor(a) Candidato(a),

Esta prova contém 5 (cinco) questões, cada uma valendo 2,0 (dois) pontos.

As questões poderão ser respondidas em qualquer ordem, desde que identificado o seu número.

A prova não poderá ser identificada por nome, assinatura, pseudônimo ou por como qualquer outro que possa identificá-la.

Em suas respostas, seja claro e objetivo. Evite rasuras.

Boa prova!

QUESTÕES:

1 – HÉRCULES cometeu crime de lesão corporal leve em desproveito de **APOLLO**, não sendo possível a transação penal, recusada pelo autor do fato, quando da audiência preliminar, na sede do Juizado Especial Criminal competente. Da data do recebimento da denúncia, contudo, até o dia de hoje, transcorreu 01 (um) ano. Os autos foram conclusos ao Magistrado, a pedido do defensor do acusado, através de petição interlocutória, solicitando o reconhecimento de prescrição pelo decurso do tempo, muito embora já estivesse o feito apto a receber a decisão de mérito. Tratando-se de réu primário, de bons antecedentes, com 19 anos de idade na data do crime, poderia o MM. Juiz reconhecer a causa de extinção de punibilidade? Por quê? Em hipótese positiva, qual seria sua modalidade? Discordando do reconhecimento da prescrição, estando presentes a autoria e materialidade do delito, como julgaria a demanda? Em seguida ao julgamento, reconheceria ou não a referida causa de extinção de punibilidade? Por quê? Responda justificadamente.

2 – HERCULANO foi condenado a 12 (doze) anos de prisão, em regime fechado, por homicídio simples. Passada em julgado a condenação, por problemas mentais, exatamente um ano em seguida ao início do cumprimento da reprimenda que lhe fora imposta, foi ela substituída por medida de segurança, consistente em internação em Hospital de custódia. Seis anos depois disso, restabeleceu-se da doença que o afligiu. Cumpriria o reeducando a reprimenda que lhe foi originariamente imposta? Por quê e em quanto tempo? O período de cumprimento da medida de segurança seria abatido para eventual progressão de regime e livramento condicional, mesmo sendo o réu reincidente? Em quanto tempo para cada qual dos beneplácitos? O fato ora em cotejo, configura o sistema do duplo binário ou do vicariante? Responda justificadamente.

3 – PENÉLOPE, compelida a manter relações sexuais com **ULLISSES**, foi levada à Delegacia de Polícia com este último, preso em flagrante delito, por crime de estupro. Apurou-se, porém, que o delito ocorreu não mediante violência, mas grave ameaça. Não havendo por parte da vítima interesse na instauração do Inquérito Policial, poderia o Delegado de Polícia manter o acusado detido? Justifique. Qual seria a ação penal relativa ao caso concreto? Poderia o MM. Juiz decretar a prisão preventiva de **ULLISSES**, se tivesse relaxado o seu flagrante? Por quê? Caso fosse mantido segregado, ainda na fase do Inquérito Policial, e o Delegado de Polícia procedesse à sua identificação dactiloscópica, mesmo sendo possível a identificação civil, violando garantia constitucional a ele inerente, insculpida no artigo 5º, LVIII, da carta política de 1988, responderia a autoridade policial por crime de abuso de autoridade?

4 - O agente que, desidiosamente, ao limpar uma arma de fogo em sua casa, tendo ela disparado e ferido seu pai, provocando-lhe a perda de um dos membros superiores, responde pelo delito do artigo 129, § 2º, inciso III, do Código Penal, com a agravante genérica do artigo 61, II, letra "e", primeira figura, do mesmo Estatuto Repressivo? Em caso de omissão do agente, na prestação de socorro ao seu genitor, responderia ele, concomitantemente, pela conduta descrita no artigo 135 do Código Penal? Responda justificadamente.

5 - **ARISTÓTELES** seqüestra um indivíduo, um dia antes de completar 18 anos. Tratando-se de delito permanente, cuja consumação se prolonga no tempo, mantém a vítima privada de sua liberdade por 5 (cinco) dias, ocasião em que outra lei entra em vigor, dispondo de modo mais severo no que tange à punição pelo crime de seqüestro. Qual lei aplicável? A anterior ou a posterior, mais severa? Poderia o agente ser punido, pela menoridade, em face do artigo 4º do Código Penal Brasileiro?

**52º CONCURSO PARA PROVIMENTO DE VAGAS DO CARGO DE JUIZ SUBSTITUTO
DO ESTADO DE GOIÁS
PROVA DE DIREITO CIVIL
(15.08.06)**

Examinador: Felicíssimo Sena

OBSERVAÇÕES:

- A) - AS QUESTÕES QUE COMPÕEM AS PROVAS DE DIREITO CIVIL E DIREITO COMERCIAL FORAM CONJUNTAMENTE ELABORADAS PELOS EXAMINADORES DE AMBAS AS MATÉRIAS, FELICÍSSIMO SENA (DIREITO CIVIL) E WILSON SAFATLE FAIAD (DIREITO COMERCIAL);
- B) - CADA QUESTÃO, INDEPENDENTE DA DISCIPLINA, VALE 2,0 PONTOS;
- C) - NUMERE AS RESPOSTAS, RESPONDENDO SEPARADA E NUMERADAMENTE AQUELAS REFERENTES A DIREITO CIVIL E A DIREITO COMERCIAL;
- D) - **DENTRO DE CADA DISCIPLINA**, RESPONDA NA ORDEM QUE MELHOR LHE CONVIER;
- E) - FAÇA UMA PROVA CLARA E SEM RASURAS. O JUIZ DEVE PRODUZIR PEÇAS TECNICAMENTE BEM ORGANIZADAS;
- F) - BOA SORTE - SEJA FELIZ.

1 - A constitucionalização e ou publicização do Direito Civil Brasileiro acabou tornando insuficientes para a solução de conflitos normativos regras como "norma posterior revoga anterior" e "norma especial se sobrepõe à geral". Explique porque isso ocorreu e exponha, fundamentadamente, qual ou quais os métodos/critérios para a solução de conflitos normativos são utilizados atualmente.

2 - De acordo com os dizeres de Cristiano Chaves de Farias e Nelson Rosenvald, "o Código Civil de 2002 persegue três grandes paradigmas: a socialidade, a eticidade e a operabilidade". Discorra sobre o significado de cada um desses 'paradigmas' e sobre a sua aplicabilidade no Direito das Obrigações.

3 - "Trabalhar com a dogmática jurídica exige a criação de diversas classificações que agem como pontos de organização coerente da matéria. Assim, surgem as tradicionais dicotomias envolvendo direito público e privado, direito objetivo e subjetivo, assim por diante. Tércio Sampaio Ferraz explica que a influência da dicotomia no direito contemporâneo provém do racionalismo do século XVIII, como forma de sistematização completa da matéria jurídica em bases racionais". Destarte, quais seriam as principais características dos Direitos Reais.

**52º CONCURSO PARA PROVIMENTO DE VAGAS DO CARGO DE JUIZ SUBSTITUTO
DO ESTADO DE GOIÁS
PROVA DE DIREITO COMERCIAL
(15.08.06)**

Examinador: Wilson Safatle Faiad

OBSERVAÇÕES:

- A) - AS QUESTÕES QUE COMPÕEM AS PROVAS DE DIREITO CIVIL E DIREITO COMERCIAL FORAM CONJUNTAMENTE ELABORADAS PELOS EXAMINADORES DE AMBAS AS MATÉRIAS, FELICÍSSIMO SENA (DIREITO CIVIL) E WILSON SAFATLE FAIAD (DIREITO COMERCIAL);
 - B) – CADA QUESTÃO, INDEPENDENTEMENTE DA DISCIPLINA, VALE 2,0 PONTOS;
 - C) – NUMERE AS RESPOSTAS, RESPONDENDO SEPARADA E NUMERADAMENTE AQUELAS REFERENTES A DIREITO CIVIL E A DIREITO COMERCIAL;
 - D) – DENTRO DE CADA DISCIPLINA, RESPONDA NA ORDEM QUE MELHOR LHE CONVIER;
 - E) – FAÇA UMA PROVA CLARA E SEM RASURAS. O JUIZ DEVE PRODUZIR PEÇAS TÉCNICAMENTE BEM ORGANIZADAS;
 - F) – BOA SORTE – SEJA FELIZ.
- 1 – Acerca do *factoring* ou *faturização*, responda os itens abaixo:
- a) Quais são as partes envolvidas no contrato de *factoring*?
 - b) Exponha as características do contrato de *factoring*
 - c) Pode-se afirmar que a transferência do ativo ao faturizado é instrumentalizada pelo endosso? De regra, o faturizado responde ou não, a título de garantia, pelo pagamento dos títulos que transferiu?
 - d) É correto afirmar que o faturizador, em hipótese de cobrança, é mandatário do faturizado? Explique.
- 2 – No que se refere à duplicata:
- a) É um título causal? É de extração obrigatória ou facultativa? Explique.
 - b) Em que casos poderá o comprador deixar de aceitar as duplicatas?
 - c) Pode ser protestada? Em sendo afirmativa a resposta, enumere os casos;
 - d) Comente sobre o direito de regresso contra os endossantes e respectivos avalistas.

DIREITO TRIBUTÁRIO e DIREITO ADMINISTRATIVO

Senhor(a) Candidato(a),

Esta prova contém 5 (cinco) questões, cada uma valendo 2,0 (dois) pontos.

As questões poderão ser respondidas em qualquer ordem, desde que identificado o seu número.

A prova não poderá ser identificada por nome, assinatura, pseudônimo ou por qualquer outro sinal que possa identificá-la.

Em suas respostas, seja claro e objetivo. Evite rasuras.

Boa prova!

QUESTÕES:

1) Sabe-se que para figurar como devedor do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, o contribuinte deve se enquadrar como empresa ou profissional liberal, e ainda prestar serviços com objetivo econômico, recolhendo imposto com base na renda bruta auferida, recebendo, assim, um tratamento tributário genérico. Pergunta-se:

Existe, ou não, alguma exceção a essa regra? Fundamente bem a resposta, dando exemplo e indicando a base legal, se houver.

2) Conforme a posição que o substituto ocupe na cadeia negocial, em relação ao substituído, a substituição tributária assume características diferentes.

Nesse sentido, o que vem a ser substituição regressiva e substituição progressiva? Cite exemplos que serviram de base para a resposta.

3) É correto afirmar que a imunidade recíproca dos entes políticos, prevista no artigo 150, inciso VI, letra “a”, da Constituição Federal, especialmente no que tange ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), deve ter uma interpretação ampla, no sentido de não permitir a atribuição de responsabilidade/substituição tributária a tais entes imunes? Fundamente a resposta, dando exemplo e indicando o(s) artigo(s) de lei, que serviram de base à resposta.

4) Discorra sobre a aplicação da exceção de contrato não cumprido na relação jurídica do contrato administrativo.

5) Discorra sobre a característica da auto-executoriedade do ato administrativo.

DIREITO CONSTITUCIONAL e DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Senhor(a) Candidato(a),

Esta prova contém 5 (cinco) questões, cada uma valendo 2,0 (dois) pontos.

As questões poderão ser respondidas em qualquer ordem, desde que identificado o seu número.

A prova não poderá ser identificada por nome, assinatura, pseudônimo ou por qualquer outro sinal que possa identificá-la.

Em suas respostas, seja claro e objetivo. Evite rasuras.

Boa prova!

QUESTÕES:

1) "A supremacia das normas constitucionais no ordenamento jurídico e a presunção de constitucionalidade das leis e atos normativos editados pelo poder público competente exigem que, na função hermenêutica de interpretação do ordenamento jurídico, seja sempre concedida preferência ao sentido da norma que seja adequado à Constituição Federal." (Moraes, Alexandre de; Dir. Constitucional; SP; Atlas; 2006)

Considerando o texto transcrito, informar quanto à técnica de *interpretação conforme a Constituição*, nas versões:

- 1.1 em que consiste
- 1.2 cabimento
- 1.3 finalidade
- 1.4 hipóteses

2) A repartição de competências é exigência da estrutura federal para assegurar o convívio dos ordenamentos que compõem o Estado Federal. Nesse contexto, pode-se dizer que a Constituição Federal de 1988 criou o domínio autônomo da legislação concorrente e introduziu o federalismo brasileiro, reformulando o Estado.

Com base no federalismo afirmado, pede-se:

2.1 indicar e explicar os planos distintos de repartição das competências geral e legislativa da União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

2.2 qual a real situação do Município na organização político-administrativa da República Federativa? Participa da repartição federal de competência?

3) Dispõe o parágrafo único do artigo 741 do Código de Processo Civil:

"Art. 741. Na execução contra a Fazenda Pública, os embargos só poderão versar sobre:

I - ...

II - inexigibilidade do título.

.....

Parágrafo único. Para efeito do disposto no inciso II do *caput* deste artigo, considera-se também inexigível o título judicial fundado em lei ou ato normativo declarados inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal, ou fundado em aplicação ou interpretação da lei ou ato normativo tidas pelo Supremo Tribunal Federal como incompatíveis com a Constituição Federal".

Teça o examinando considerações a respeito do referido parágrafo, abordando os ângulos possíveis.

4) É possível a reconvenção na ação popular? Justifique.

5) ULISSES, irmão de ORESTES, ajuizou ação em face deste com o objetivo de reaver determinado bem, sob fundamento que é titular do domínio. No primeiro grau o pedido foi julgado procedente. HERMES, irmão dos contendores, interpõe recurso na qualidade de terceiro prejudicado, a fim de que não seja reconhecido o direito de ULISSES, mas o seu. Argumenta que o bem objeto da demanda lhe pertence, pois o adquiriu com recursos próprios, através de venda e compra celebrada com ZEUS.

Indaga-se: HERMES está legitimado a recorrer ? Justifique.